



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Procuradoria Geral do Estado - PGE

CONTRATO Nº 077/2022/PGE/DER-RO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES/DER-RO E MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES EIRELI, PARA OS FINS QUE ESPECIFICAM.

O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES/DER-RO, inscrito no CGC (MF) sob o n.º 04-285.920/0001-54, com sede à Avenida Farquar, 2986, complexo Rio Madeira, Anexo Rio Jamari, 4º e 5º Andar, Bairro Pedrinhas, CEP: 76.803-470, Porto Velho-RO, doravante designado **DER-RO**, neste ato representado por seu Diretor Geral, o **Sr. EDER ANDRÉ FERNANDES DIAS**, portador do RG nº 3991030-SSP/SC e CPF nº 037.198.249-93, conforme Decreto de 04 de abril de 2022, DOE Edição Suplementar 62.1, de 04 de abril de 2022 e a empresa **MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES EIRELI**, CNPJ/MF n.º 08.666.201/0001-34, estabelecida na Rodovia BR 364 - KM 4,5, Bairro Lagoa, na cidade de Porto Velho/RO, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu proprietário, o **Sr. GLAUCO OMAR CELLA**, CPF nº 875.781.909-20, celebram o presente termo de **CONTRATO**, que tem por finalidade estabelecer os direitos e obrigações das partes na execução das Obras/Serviços, autorizados pelo Processo Administrativo nº **0009.070110/2022-72** e licitado através do **Regime Diferenciado de Contratação - RDC Nº 003/2022**, submetendo-se, os mesmos aos termos da Lei n.º 12.462/2011 de 21.06.93, e Lei Estadual nº. 2414 de 18/02/2011 e Decreto Estadual nº 18.251/13, e suas alterações e das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Contratação de empresa de engenharia para a elaboração do projeto básico, do projeto executivo e da execução das obras de implantação em vias urbanas no município de Porto Velho/RO.

PARAGRAFO SEGUNDO: ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTD
LOTE 07	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA A ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO, DO PROJETO EXECUTIVO E DA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO EM VIAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO.	Unid	01

PARÁGRAFO TERCEIRO - INÍCIO DOS SERVIÇOS: Os serviços deverão iniciar no prazo máximo de **48 (quarenta e oito horas)** após o recebimento pela empresa da Ordem de Serviço emitida pelo DER/RO.

PARÁGRAFO QUARTO - DO PRAZO DE EXECUÇÃO:

1. O prazo previsto para execução total dos serviços são de 12 (doze) meses após a emissão da Ordem de Serviço pelo DER/RO, conforme cronogramas físico financeiros presentes no ANEXO III.
2. O prazo para a elaboração dos Projetos Básicos e Executivos de pavimentação será de até **60 (sessenta)** dias após a Ordem de Serviço do lote. O prazo para o DER-RO avaliar os projetos apresentados será de até **20 (vinte) dias**, contados da data de protocolo dos projetos.

PARÁGRAFO QUINTO - LOTES DE EXECUÇÃO:

1. O DER/RO contratará empresa de engenharia para as elaborações do Projeto Básico, do Projeto Executivo e as Execuções das obras de implantação em vias urbanas do município de Porto Velho, lote 07.
2. A critério da fiscalização do DER/RO, e devidamente justificado, poderão ocorrer alterações nas concepções indicadas no Anteprojeto e no Termo de Referência, devendo a empresa Executora adequar o dimensionamento do pavimento e as soluções propostas.
3. O quadro de Fiscalização do DER/RO, com o Apoio Técnico de empresa de engenharia consultiva de Gerenciamento executará a gestão e a fiscalização dos projetos e das obras urbanas.

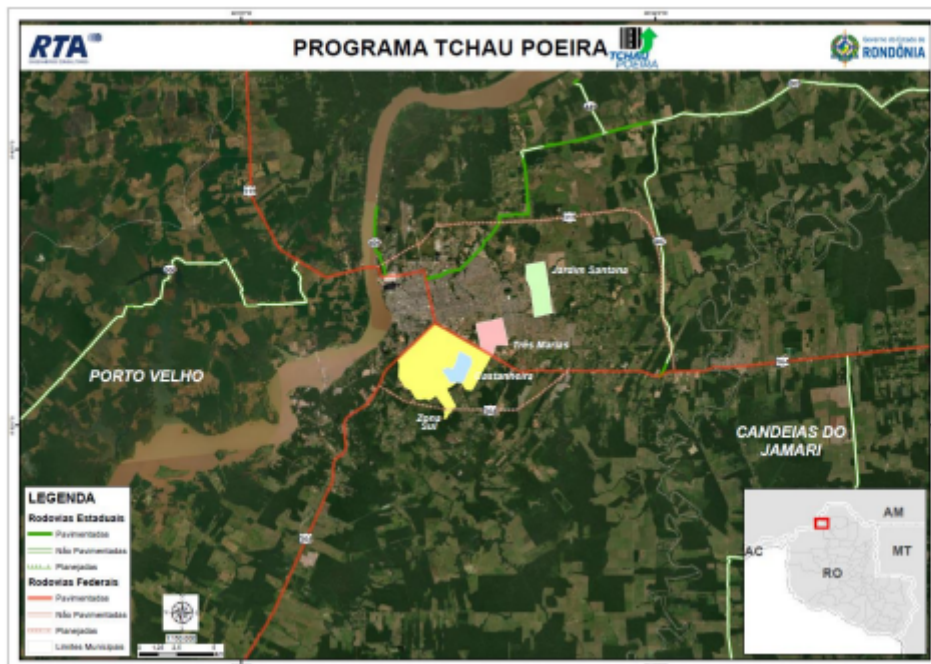
PARÁGRAFO SEXTO - RELAÇÃO DE BAIROS:

1. A empresa é contratada para a elaboração do Projeto Básico, do Projeto Executivo e para a execução das obras de implantação em vias urbanas do município de Porto Velho.
2. A contratação de empresas de engenharia às ações de pavimentação ocorrerá por região, em 05 (cinco) lotes de atuação.
3. No quadro seguinte é apresentada a relação dos municípios do Programa **TCHAU POEIRA, Lote 07**, em que os projetos e as obras de melhoria urbana serão realizadas por Administração Indireta. Para cada município são apresentados os tipos de intervenção e as extensões propostas.

QUADRO 1 – RELAÇÃO DOS BAIROS POR ADMINISTRAÇÃO INDIRETA, PROGRAMA TCHAU POEIRA

Relação dos municípios para pavimentação urbana - Administração Indireta						
Seq.	Ordem	Lote	Município	Bairro	Implantação de vias	Extensão Implant. (km)
40	1	07	Porto Velho	Castanheiras	✓	4,206
41	2		Porto Velho	Três Marias	✓	9,805
42	3		Porto Velho	Jardim Santana	✓	23,331
43	4		Porto Velho	Zona Sul	✓	2,850
TOTAL:						49,193

FIGURA 1 – LOTE 07 DE INTEGRAÇÃO – PROGRAMA TCHAU POEIRA – EXECUÇÃO INDIRETA



PARÁGRAFO SÉTIMO - Fica vinculado o presente termo contratual ao Edital da Licitação, guardada a necessária conformidade entre eles, devidamente assinados e rubricados, e também:

a) As normas, as especificações gerais, as instruções em uso, os cadernos de encargos, as disposições regulamentares do **DER-RO** e demais elementos existentes, que sirvam à definição do objeto das prestações contratuais, bem como o Cronograma Físico-Financeiro e a planilha da obra, independentemente de suas transcrições.

PARÁGRAFO OITAVO - DO REGIME DE EXECUÇÃO: Os serviços ora contratados obedecerão ao regime de contratação integrada, considerando o seguinte:

1. Ser esse o regime empregado mais frequentemente na realização de obras cujas quantidades dos serviços e dos materiais relativos às parcelas de maior relevância e de valor significativo estão sujeitas a alterações face à natureza da obra;
2. Apresentar vantagens como possibilitar o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados;
3. Apresentar menor risco para o construtor e a Administração, à medida que estes não correm risco sobre os quantitativos de serviços, e estes impactarem no BDI da proposta.

PARAGRAFO NONO- DAS MEDIÇÕES:

a) As medições dos serviços executados serão realizadas pela Comissão de Fiscalização, acompanhado pelo Responsável Técnico da Empresa.

1. Inscrição do contrato na Seguridade Social, Matrícula INSS (CEI) N°
2. Comprovante de registro dos serviços no CREA/RO – (Autenticada) N°
3. Relatório: PCMSO devidamente assinado pelo Médico do Trabalho e Fiscais do DER/RO;
4. Certidão negativa da Fazenda Estadual;
5. Certidão negativa da Receita Federal;
6. Certidão da Dívida Ativa da União;
7. Certidão negativa do INSS;
8. Certidão negativa municipal;
9. Certidão de Regularidade do FGTS;

10. Certidão negativa de débitos trabalhistas;
11. Recolhimento ISS Prefeitura;
12. Guia GPS INSS (original / autenticada);
13. Guia GFIP INSS (original /autenticada).

b) Para tramitação das medições serão exigidos os documentos e informações a partir da segunda medição:

1. Recolhimento do ISS-QN da Prefeitura;
2. Certidão negativa da Fazenda Estadual;
3. Certidão negativa da Receita Federal;
4. Certidão da Dívida Ativa da União;
5. Certidão negativa do INSS;
6. Certidão negativa municipal;
7. Certidão de Regularidade do FGTS;
8. Certidão negativa de débitos trabalhistas;
9. Recolhimento ISS Prefeitura;
10. Guia GPS INSS (original / autenticada);
11. Guia GFIP INSS (original /autenticada);
12. Relação de empregados que trabalham diretamente na obra CONTRATADA;

CLÁUSULA SEGUNDA - ADOÇÃO DO REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO – RDC:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O DER/RO contratará empresas de engenharia para a elaboração do Projeto Básico, do Projeto Executivo e para a execução das obras de implantação em vias urbanas de diversos municípios do estado de Rondônia.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes do Estado de Rondônia, DER/RO realizará licitação, na modalidade Regime Diferenciado de Contratação – RDC INTEGRADA, na forma eletrônica, do tipo menor preço, por lote, nos termos da Lei n. 12.462 de 04 de agosto de 2011.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A pavimentação urbana e os serviços de melhoramento da trafegabilidade em algumas sedes municipais e distritos do estado de Rondônia é parte integrante do Programa TCHAU POEIRA.

PARÁGRAFO QUARTO: A adoção pelo RDC visa ampliar a eficiência nas contratações públicas e a competitividade entre os licitantes; promover a troca de experiências e tecnologias em busca da melhor relação entre custos e benefícios para o setor público; incentivar a inovação tecnológica; assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes e a proposta mais vantajosa para a administração pública; buscar maior simplificação, celeridade, transparência e eficiência nos procedimentos para aplicação de recursos públicos e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

PARÁGRAFO QUINTO: Conforme apresentado anteriormente, a adoção das soluções técnicas elencadas no Termo de Referência (novas pavimentações) teve como premissa ganhos de eficiência e redução de custos à Administração, visto uma menor mobilização de diferentes tipos de equipamentos rodoviários.

PARÁGRAFO SEXTO: Os tipos de intervenções adotadas nos investimentos privilegiam, antes de tudo, a solução mais apropriada para cada município, levando em conta a facilidade de obtenção de materiais em jazidas próximas, o tipo predominante dos pavimentos na região e o emprego de mão de obra local.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Por meio da CONTRATAÇÃO INTEGRADA, o DER/RO espera obter, para um empreendimento deste vulto econômico e tecnológico, soluções técnicas inovadoras que reduzam o prazo de execução das obras e os custos diretos do empreendimento. Ademais, espera-se obter por parte dos concorrentes a máxima otimização de todos os recursos, barateando mais ainda a contratação em pauta, com vistas a atender ao interesse público através da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

PARÁGRAFO OITAVO: A escolha pela Contratação do tipo Integrada, obrigatoriamente deverá envolver pelo menos uma das condições a seguir, conforme disposto na Lei nº 12.980 de 28 de maio de 2014.

- I. Inovação tecnológica ou técnica;
- II. Possibilidade de execução com diferentes metodologias; ou
- III. Possibilidade de execução com tecnologias de domínio restrito no mercado.

PARÁGRAFO NONO: Para o objeto do empreendimento a opção escolhida foi pela inovação tecnológica, que é a possibilidade de adoção de novos métodos de produção ou aperfeiçoamento desses. Tais métodos podem envolver mudanças nos equipamentos utilizados ou na organização da produção, ou uma combinação dessas mudanças o que pode derivar do uso de novo conhecimento.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Pode haver a possibilidade de produção e/ou entrega de produtos tecnologicamente novos ou aprimorados, que não possam ser produzidos ou entregues com os métodos convencionais de produção, ou ainda, com aumento efetivo da produtividade.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Para o caso específico, as possibilidades de inovação tecnológica com foco em desempenho, tecnologia e sustentabilidade ambiental que podem ser destacadas:

- I. Inovação tecnológica com o uso de materiais diferenciados, desde que respeitado os critérios de aceitabilidade e parâmetros de desempenho previstos no Termo de Referência, com a introdução de um novo produto ou mudança qualitativa em produto existente;
- II. Utilização de técnicas avançadas durante a elaboração do projeto e ou na execução das obras, acarretando ganhos de produtividade e/ou qualidade;
- III. Utilização de tecnologias que reduzam prazos e minimizem gastos no planejamento, na execução e na manutenção das obras;
- IV. Medidas Preventivas e Corretivas de Proteção Ambiental, para Reabilitação e Recuperação das Áreas afetadas pelo empreendimento, com a destinação adequada a todos os tipos de resíduos, principalmente, de demolição, atendendo ao estabelecido na legislação pertinente em vigor, instruções de serviço que instrui a elaboração dos requisitos ambientais, levantamento do Passivo Ambiental, Monitoramento e Controle, Proteção Ambiental das áreas de apoio, área de ocorrências de materiais, caminhos de serviços, entre outros, e normas do DER/RO.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Evidentemente, os custos de operação, crucial para a economia, cairão com expressivo e imediato retorno econômico à região.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: Alguns itens foram significativos para escolha da modalidade:

- I. Busca por maior simplificação, celeridade, transparência e eficiência nos procedimentos para dispêndio de recursos públicos.
- II. Aplicar ao Setor Público procedimentos semelhantes ao Setor Privado, fazendo com que a celeridade no trâmite administrativo se reflita em economia e benefício à população.
- III. Compartilhar com o CONTRATADA os riscos inerentes a empreendimento deste porte, que em contratações do tipo Regime Diferenciado de Contratação – RDC recaem apenas para o Contratante.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para assegurar a fiel execução dos compromissos ajustados, a CONTRATADA deverá prestar garantia correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviço ou instrumento equivalente, podendo optar por uma

das seguintes modalidades previstas no art. 56, § 1º da Lei nº 8.666/1993: Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública; Seguro-garantia; ou Fiança bancária.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Se a opção de garantia recair em caução em dinheiro, seu valor será depositado em conta corrente específica indicada pela Contratante para tal fim.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Se a opção de garantia recair em título da dívida pública, este deve ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliado pelo seu valor econômico, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

PARÁGRAFO QUARTO: Se a opção de garantia se fizer em seguro-garantia ou fiança bancária, esta deverá conter expressamente a cláusula de prazo de validade igual ou superior ao prazo de execução do contrato.

PARÁGRAFO QUINTO: A fiança bancária deverá ser emitida por estabelecimento sediado ou legalmente representado no Brasil, para ser cumprida e exequível na cidade de Porto Velho.

PARÁGRAFO SEXTO: No caso de posterior alteração ou reajuste no valor do contrato, a CONTRATADA ficará obrigada, caso necessário, a providenciar a complementação ou substituição da garantia, conforme a modalidade que tenha escolhido, devendo fazê-lo no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da notificação expedida pelo DER/RO.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Se a garantia apresentada, conforme o caso, deixar de ser hábil para o fim a que se destina, a Administração noticiará a CONTRATADA, para que a substitua no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação.

PARÁGRAFO OITAVO: Se a CONTRATADA desatender qualquer dos prazos acima referidos incorrerá na multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, além de recair-lhe a responsabilidade por eventuais perdas ou prejuízos causados à Administração, salvo na ocorrência de motivo aceitável justificado tempestivamente até o último dia do prazo. Nesse caso, será indicado novo prazo à CONTRATADA, o qual, se descumprido, acarretará a aplicação da penalidade acima referida.

PARÁGRAFO NONO: A garantia e seus reforços responderão pelo inadimplemento das condições contratuais, pela entrega incompleta da obra ou dos serviços e por eventuais multas ou penalidades, independentemente de outras cominações legais.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Uma vez aplicada multa à CONTRATADA, e realizado o desconto do valor apresentado como garantia, a Administração poderá convocá-la para que complemente aquele valor inicialmente oferecido. Após o recebimento definitivo da obra ou dos serviços a garantia prestada será liberada ou restituída à CONTRATADA, de acordo com a forma de prestação:

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A garantia e seus reforços responderão pelo inadimplemento das condições contratuais, pela entrega incompleta da obra ou dos serviços e por eventuais multas ou penalidades, independentemente de outras cominações legais.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Uma vez aplicada multa à CONTRATADA, e realizado o desconto do valor apresentado como garantia, a Administração poderá convocá-la para que complemente aquele valor inicialmente oferecido.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: Após o recebimento definitivo da obra ou dos serviços a garantia prestada será liberada ou restituída à CONTRATADA, de acordo com a forma de prestação:

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: O valor da caução feita em dinheiro será atualizado monetariamente e restituído mediante crédito na mesma conta corrente utilizada para liquidação da despesa decorre da execução do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: Os documentos que constituem o seguro-garantia e/ou a fiança bancária serão devolvidos ou baixados na mesma forma como foram prestados.

CLÁUSULA QUARTA – RELAÇÃO DAS ATIVIDADES A EXECUTAR:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O DER/RO contratará empresas de engenharia para a elaboração do Projeto Básico, do Projeto Executivo e para a execução das obras de implantação em vias urbanas no município de Porto Velho/RO.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Conforme apresentado anteriormente, a adoção das soluções técnicas elencadas no Edital (novas pavimentações) teve como premissa ganhos de eficiência e redução de custos à Administração, visto uma menor mobilização de diferentes tipos de equipamentos rodoviários.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os tipos de intervenções adotadas nos investimentos privilegiam, antes de tudo, a solução mais apropriada para cada município, levando em conta a facilidade de obtenção de materiais em jazidas próximas, o tipo predominante dos pavimentos na região e o emprego de mão de obra local.

PARÁGRAFO QUARTO: As soluções técnicas abordadas no Edital e inclusas no Anteprojeto de Engenharia são:

I. Novas pavimentações urbanas em pavimento flexível com Tratamento Superficial Duplo (TSD) e Capa Selante; Os serviços de pavimentação das vias deverão obedecer às seguintes operações:

II. Elaboração do Projeto Básico e do Executivo de Pavimentação, para as vias em obras de implantação, conforme IP 018_2021_DER_PAVIMENTAÇÃO URBANA.

III. Determinação da densidade máxima aparente seca e da umidade ótima do material a ser compactado, obtidas em ensaio laboratorial, de conformidade com as normas do DNIT/DER/RO, conforme INSTRUÇÃO DE PROJETOS IP 006_2021_DER_PROJETO DE TERRAPLENAGEM;

IV. Na pavimentação urbana de ruas e avenidas deverá ser executada a limpeza da vegetação da camada superficial existente, removendo-se a camada de material inservível, de acordo com a espessura encontrada in loco; deverá ser carregado e transportado até o aterro sanitário da sede do município ou em local a ser definido pela fiscalização; a critério da fiscalização e devidamente justificado, poderão ocorrer alterações nas espessuras de material a serem removidas; os serviços de corte e aterro deverão obedecer ao preconizado na INSTRUÇÃO DE PROJETOS IP 006_2021_DER_PROJETO DE TERRAPLENAGEM;

V. Após a retirada da camada superficial, deverá ser feita a adição de 5,0 cm de material de jazida e a escarificação, em 20,0 cm de profundidade, da camada remanescente da via, e em seguida compactada até ser obtida uma densidade máxima aparente do solo seco, em média, não inferior a 100% da correspondente, determinada nos ensaios de compactação;

VI. Os aterros deverão ser feitos em camadas paralelas, as quais depois de compactadas não deverão apresentar espessura superior a 20,0 cm;

VII. Por ocasião do umedecimento, o material deverá ser pulverizado e misturado convenientemente, com equipamento, para se obter uma distribuição tão uniforme quanto possível da umidade;

VIII. Os trechos do subleito que não se apresentarem devidamente compactados deverão ser escarificados, e os materiais pulverizados, convenientemente misturados e recompatados;

IX. Os serviços de compactação deverão progredir no sentido das bordas para o centro do leito;

X. O adensamento de solos não coesivos deverá ser feito sempre que possível com emprego de equipamento vibratório;

XI. Após a regularização e a compactação do subleito, deverá ser executada uma camada de 20,0 cm com material granular, extraído de jazida, que servirá como camada estruturante do novo pavimento; estes serviços deverão obedecer ao preconizado nas INSTRUÇÕES NORMATIVAS IP 007_2021_DER_ESTUDOS GEOTÉCNICOS, IP 008_2021_DER_PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO e IP 018_2021_DER_PAVIMENTAÇÃO URBANA.

XII. O revestimento asfáltico a ser aplicado, será aquele indicado nas Notas de Serviço de Pavimentação; a sua execução deverá obedecer ao preconizado na IP 008_2021_DER_PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO e na IP 018_2021_DER_PAVIMENTAÇÃO URBANA;

XIII. Os elementos de drenagem a serem executados deverão obedecer aos preceitos da INSTRUÇÃO NORMATIVA IP 009_2021_DER_PROJETO DE DRENAGEM.

PARÁGRAFO QUINTO - ELABORAÇÃO DOS PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO DE ENGENHARIA:

PARÁGRAFO SEXTO: Caberá à CONTRATADA a elaboração dos Projetos Básico e Executivo de Engenharia, necessários e suficientes à execução do empreendimento, com o nível máximo de detalhamento possível, de todas as suas etapas. Para tanto, deverão ser seguidas as definições dos ANEXOS I, II e III, bem como serem considerados os elementos técnicos do Anteprojeto fornecido pelo DER/RO, constante no ANEXO II do Edital de Licitação.

PARÁGRAFO SÉTIMO: O prazo para a elaboração dos Projetos Básicos e Executivos de pavimentação será de até 60 (sessenta) dias após a Ordem de Serviço do lote. O prazo para o DER-RO avaliar os projetos apresentados será de até 20 (vinte) dias, contados da data de protocolo dos projetos.

PARÁGRAFO OITAVO: Os documentos fornecidos são uma referência capaz de definir e especificar o objeto desta contratação, devendo o licitante estudar o empreendimento e orçá-lo, com base em seus estudos e concepções. Alterações nestes aspectos poderão ser apresentadas, desde que mantenham ou melhorem o nível de serviço e as condições operacionais do complexo viário em questão e observem as condicionantes ambientais específicas do empreendimento. Estas alterações deverão ser submetidas à análise do DER/RO, e somente poderão ser implementadas caso sejam aceitas por este Departamento.

PARÁGRAFO NONO: Os Projetos Básico e Executivo assegurarão ampla e clara apresentação das soluções adotadas, contendo no mínimo os seguintes elementos:

- I. Projeto Geométrico
- II. Projeto de Terraplenagem
- III. Projeto de Drenagem Superficial
- IV. Projeto de Pavimentação
- V. Projeto de Obras Complementares
- VI. Projeto de Remanejamento das Redes de Serviços Públicos (caso necessário)
- VII. Componente Ambiental e Paisagismo do Empreendimento

PARÁGRAFO DÉCIMO: O prazo para a elaboração dos Projetos Básicos e Executivos de pavimentação será de até 60 (sessenta) dias após a Ordem de Serviço do lote. O prazo para o DER-RO avaliar os projetos apresentados será de até 20 (vinte) dias, contados da data de protocolo dos projetos.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Ao final de cada etapa de obra do lote, a empresa e/ou consórcio deverá apresentar ao DER/RO o Projeto Executivo "As Built".

CLÁUSULA QUINTA – DO CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: É de total responsabilidade da empresa a ser CONTRATADA o cumprimento das normas ambientais vigentes para a aquisição do objeto deste instrumento, no que diz respeito à poluição ambiental e destinação de resíduos;

PARÁGRAFO SEGUNDO: A empresa a ser CONTRATADA deverá tomar todos os cuidados necessários para que a consecução dos serviços não decorra qualquer degradação ao meio ambiente;

PARÁGRAFO TERCEIRO: A empresa a ser CONTRATADA deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas cabíveis para a correção dos danos que vierem a ser causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades objeto deste instrumento;

PARÁGRAFO QUARTO: A empresa a ser contratada deverá cumprir as orientações da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, em seus Artigos 5º e 6º, no que couber, bem como, o artigo 6º, inciso I do Decreto Estadual n. 21.264/2016.

PARÁGRAFO QUINTO: Conforme dispõe o Capítulo III, art. 5º, inciso III da Instrução Normativa/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, poderá ser exigido o seguinte critério de sustentabilidade ambiental: "que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor

volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento”.

PARÁGRAFO SEXTO: Conforme dispõe o artigo 6º, inciso I do Decreto Estadual n. 21.264/2016, poderá ser exigido o seguinte critério de sustentabilidade ambiental: " Art. 6º.Quando da aquisição de bens poder-se-á exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental: I - que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico ou biodegradável".

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O DER/RO contratará empresas de engenharia para a elaboração do Projeto Básico, do Projeto Executivo e para a execução das obras de implantação em vias urbanas de diversos municípios do estado de Rondônia.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONTRATADA deverá atender aos requisitos especificados no Edital de licitação, e seus anexos, bem como as especificações técnicas do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transporte - DER/RO.

CLÁUSULA SÉTIMA - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO/RECEBIMENTO:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O recebimento dos serviços será efetuado por uma Comissão de Fiscalização, Exame, Entrega e Recebimento, integrada por dois ou mais engenheiros do DER/RO, nomeada pelo Diretor Geral para tal finalidade acompanhados do Responsável Técnico da empresa, observando as disposições contidas no Edital e nos Artigos de 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Recebimento Provisório das Obras/Serviços: O recebimento provisório dos serviços deverá ser realizado dentro do prazo de **15 (quinze) dias**, contados da data da comunicação da CONTRATADA quanto à conclusão dos trabalhos, conforme o disposto no Art. 73, alínea “a” da Lei Federal nº. 8.666/93.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Recebimento Definitivo das Obras/Serviços: O recebimento definitivo das obras e serviços será feito mediante as seguintes condições:

PARÁGRAFO QUARTO: Até **60 (sessenta) dias** corridos, a contar da lavratura do termo do recebimento provisório, observado o disposto no Art. 69 da Lei nº. 8.666/93 e republicado no DOU de 06/07/94;

PARÁGRAFO QUINTO: Por Comissão designada pela Contratante, após o decurso do prazo de observação ou de vistoria, comprovando-se a adequação do objeto aos prazos contratuais;

PARÁGRAFO SEXTO: Caso sejam constatados itens do Contrato que não tenham sido cumpridos satisfatoriamente, a Comissão de Fiscalização emitirá um Laudo de Vistoria, no qual constarão as exigências e prazo para sua execução.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A CONTRATADA deverá entregar a obra em perfeitas condições de uso e funcionamento, o DER/RO poderá exigir os reparos e substituições convenientes, consignando-se os motivos.

PARÁGRAFO OITAVO: Com a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, fica estabelecido, a partir da data de sua emissão, o compromisso da CONTRATADA com o cumprimento do prazo de **05 (cinco) anos**, mencionados no artigo 618 do Código Civil.

CLÁUSULA OITAVA- DO PREÇO:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Dá-se a este **CONTRATO** o valor de **R\$ 64.430.000,00** (sessenta e quatro milhões quatrocentos e trinta mil reais), referente ao valor total do Objeto.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As despesas decorrentes da aquisição dos materiais/bens correrão por conta dos recursos consignados na Fonte de Recurso: **0300, UG: 11025-DER** Programa de atividade: **26.452.2057.1384**, Elemento de Despesa: **44.90.51**, do ano de **2022**, GPF: 451, provenientes

do **Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes – DER/RO**, e correndo à conta da seguinte programação:

R\$ 5.282.161,50 (cinco milhões, duzentos e oitenta e dois mil cento e sessenta e um reais e cinquenta centavos) Programa / Atividade – 26.452.2057.1384 – Fonte: 0300 – Elemento de Despesa 44.90.51, RDC – Modalidade: 05 Global, conforme Nota de Empenho nº 2022NE000901, de 20.06.2022 (Id. 0029746685).

O valor remanescente correrá à conta dos recursos orçamentários assegurados e será empenhado no exercício financeiro de 2022 e 2023, conforme Declaração de Adequação Financeira (Id. 0028088014).

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A data base da planilha orçamentária estimativa é janeiro de 2022 e serve como orientação aos licitantes. Esta será a data base para reajuste, observado o disposto na Cláusula de Reajuste do Edital.

PARÁGRAFO SEGUNDA: Decorrido período de 01 (um) ano, contado a partir da data-base do orçamento preestabelecido no edital, o reajuste será aplicado pelos índices setoriais pertinentes, com base nos valores dos índices do 1º mês de cada período subsequente de 12 (doze) meses.

PARÁGRAFO TERCEIRA: Os preços contratuais, em Reais, serão reajustados da seguinte forma:

PARÁGRAFO QUARTA: Execução das Obras: pelo índice de reajustamento fornecido pela Fundação Getúlio Vargas – FGV e disponibilizado no site do DNIT;

PARÁGRAFO QUINTA: O valor da parcela de reajustamento deverá ser calculado conforme regra definida abaixo:

$$IR = \frac{I_i}{I_0}$$

$$R = V \times IR$$

Onde:

IR = Índice de reajuste das parcelas, arredondado até a quarta casa decimal;

I₀ = Índice de preço verificado no mês do orçamento do DER/RO ou no mês do reajustamento anterior;

I_i = Índice de preço referente ao mês de reajustamento;

V = Valor atual da parcela;

R = Valor reajustado da parcela.

PARÁGRAFO SEXTO: Somente ocorrerá este reajuste para as parcelas cuja previsão de execução no cronograma esteja além da data- base considerada.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Não se admitirá como encargo financeiro juros, despesas bancárias e ônus semelhantes.

PARÁGRAFO OITAVO: Para as etapas do cronograma com previsão de conclusão anterior à data base considerada, mas que não estejam concluídas, não será aplicado reajuste.

PARÁGRAFO NONO: No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, será pago à CONTRATADA a importância calculada pelo índice anual vigente, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, mediante aditamento do Contrato, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Fica a CONTRATADA obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O DER/RO pagará à CONTRATADA, pelos serviços contratados e executados, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de reajustamento e a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que os preços incluam todos os custos diretos e indiretos para a execução do(s) serviço(s), de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas no Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Obedecido o cronograma físico-financeiro apresentado, será procedida a medição dos serviços. Emitido o atestado de conformidade, a CONTRATADA deverá apresentar na sede do DER/RO, a Nota Fiscal correspondente à medição, que será encaminhada ao Setor Financeiro junto com a documentação completa e respectiva medição. É de inteira responsabilidade da empresa a entrega, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após o processamento da medição, de toda documentação necessária à plena e correta formalização do processo de medição, condição esta imprescindível para o envio deste para pagamento. O atraso na entrega da documentação exigida, por parte da empresa, não poderá concorrer para futuros pleitos de ressarcimento por atraso de pagamento.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Será observado o prazo de até 30 (trinta) dias para pagamento, contados a partir da data da emissão do aceite na Nota Fiscal até a data do efetivo pagamento. O que vale para fins de contagem de prazo é a efetiva atestação no verso da nota, e não sua simples entrega.

PARÁGRAFO QUARTO: As medições dos serviços executados serão realizadas a cada 30 (trinta) dias, pela Comissão de Fiscalização, acompanhado pelo Responsável Técnico da Empresa.

PARÁGRAFO QUINTO: O pagamento referente a cada medição será liberado mediante comprovação, pela CONTRATADA, da Regularidade Fiscal, nos termos do Edital.

PARÁGRAFO SEXTO: Sendo constatada qualquer irregularidade em relação à situação cadastral da CONTRATADA, esta será formalmente comunicada de sua situação irregular, para que apresente justificativa e comprovação de regularidade. Caso não se verifique que a empresa regularizou sua situação, estará sujeita ao enquadramento nos motivos do Art. 78, da Lei nº. 8.666/93.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Os serviços serão medidos mensalmente, conforme instrução vigente sobre o assunto. Os preços unitários serão os constantes da Proposta de Preços Unitários aprovada.

PARÁGRAFO OITAVO: As medições constarão de folhas de medição de campo, contendo a relação de serviços executados, quantidades, unidades, parciais e totais, conforme cronograma aprovado.

PARÁGRAFO NONO: No processo de medição dos serviços deverá constar a real alíquota de ISSQN adotada pelo respectivo Município.

PARÁGRAFO DÉCIMO: A Administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: O desconto de qualquer valor no pagamento devido ao CONTRATADA será precedido de processo administrativo em que será garantido à empresa o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Em caso de atraso de pagamento, motivado exclusivamente pela Administração Contratante, o valor devido deverá ser acrescido de atualização monetária, à ser calculado entre a data limite prevista para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = N \times VP \times I$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da Parcela a ser paga

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$I = (TX/100) / 365$ $I = \dots\dots\dots$

TX = Percentual atribuído ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O pagamento será realizado por meio de ordem bancária e depósito em conta bancária informada pela CONTRATADA, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da entrega, mediante apresentação da Nota Fiscal devidamente certificada pela Comissão de Fiscalização, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes;

PARÁGRAFO SEGUNDO: As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas em 02 (duas) vias e apresentadas à Contratante para certificação, devendo conter em seu corpo a descrição do objeto, a indicação do número do contrato e da conta bancária da CONTRATADA e as certidões/guias constantes no Termo de Referência demonstrando sua regularidade fiscal;

PARÁGRAFO TERCEIRO: A(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) deverá(ão), ainda, estar acompanhada(s), obrigatoriamente, das certidões que atestem a regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, ao recolhimento do FGTS e do INSS e aos Débitos Trabalhistas.

PARÁGRAFO QUARTO: Em caso de atrasos de pagamento superiores a 30 (trinta) dias, motivado exclusivamente pela Administração Contratante, o valor devido deverá ser acrescido de atualização monetária, a ser calculada entre a data limite prevista para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = N \times VP \times I$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX/100)/365$ $I = \dots\dots$

TX = Percentual atribuído ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA no valor de 6,0% (seis por cento), conforme IN nº 05/2017.

PARÁGRAFO QUINTO: Havendo erro ou irregularidade na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, e o pagamento ficará pendente até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou apresentação de novo documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

PARÁGRAFO SEXTO: A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão;

PARÁGRAFO SÉTIMO: Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância pela CONTRATADA, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

PARÁGRAFO OITAVO: Ao DER/RO reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se os dados constantes da Nota Fiscal estiverem em desacordo com os dados da CONTRATADA e, ainda, se for constatado, que os serviços executados não correspondam às especificações apresentadas na proposta.

PARÁGRAFO NONO: Benefícios e Despesas Indiretas - BDI, detalhando todos os seus componentes, inclusive em forma percentual, conforme modelo anexo ao Edital;

PARÁGRAFO DÉCIMO: Os custos relativos a administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados

como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária, observando-se ainda a legislação específica de cada município;

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: As licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida no Anexo IV da Lei Complementar 123/2006.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispões o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar;

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: Será adotado o pagamento proporcional dos valores pertinentes à administração local relativamente ao andamento físico do objeto contratual, nos termos definidos no Termo de Referência e no respectivo cronograma;

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: A administração local será remunerada proporcionalmente à execução da obra, conforme orientação Acórdão nº 2.622/2013-TCU-Plenário e Manual de Custos do novo SICRO:

Acórdão nº 2.622/2013-TCU – “Plenário orienta os órgãos e entidades da Administração Pública Federal a estabelecer critério objetivo de medição para a administração local das obras, abstendo-se de remuneração por valores fixos mensais. Dessa forma, os pagamentos referentes à administração local serão realizados conforme a execução financeira da obra.”

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: Passo que a execução financeira do contrato é realizada, o percentual referente à administração local deve ser aplicado proporcionalmente sobre os valores medidos.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: O custo constante no orçamento referencial da Administração Local é para a execução completa da obra e somente será medido integralmente (100%) se o contrato for totalmente executado, caso contrário será medido e pago apenas de modo proporcional ao executado.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO: A execução integral dos serviços fica condicionada à necessidade e disponibilidade orçamentária e financeira do DER/RO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS MULTAS:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Ressalvados os motivos de força maior ou caso fortuito que deverão ser devidamente comprovados pela CONTRATADA, o DER/RO sem prejuízo das sanções previstas no Art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 aplicará as seguintes multas:

PARÁGRAFO SEGUNDO: Multa moratória de **0,1% (um décimo por cento)** do valor global do contrato, por dia de atraso para assinatura do instrumento contratual, até o limite de 10 (dez) dias, após o qual poderá ser aplicada a multa compensatória de **10% (dez por cento)** sobre o valor global do contrato, caso a empresa vencedora da licitação não compareça para assinatura, salvo no caso de justificativa aceita pela Administração;

PARÁGRAFO TERCEIRO: Multa moratória de **0,1% (um décimo por cento)** do valor global do contrato, por dia de atraso para o recebimento da Ordem de Serviço, contado a partir do vencimento do prazo da convocação, até o limite de **10 (dez) dias**, após o qual será considerada a inexecução parcial ou total do contrato, salvo no caso de justificativa aceita pela Administração;

PARÁGRAFO QUARTO: Multa moratória de **0,1% (um décimo por cento)** sobre o valor global do contrato, por dia de atraso, após o transcurso do prazo previsto para o início da execução dos serviços, até o limite de **15 (quinze) dias**, após o qual será considerada a inexecução parcial ou total do contrato, salvo no caso de justificativa aceita pela Administração;

PARÁGRAFO QUINTO: Multa moratória de **10% (dez por cento)** sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de não proceder à disponibilização dos equipamentos, instalações, aparelhamento ferramental, veículos e pessoal técnico adequado e necessário para a realização do objeto da presente licitação, no prazo de **10 (dez) dias** contados da data do recebimento da Ordem de Serviço pela CONTRATADA;

PARÁGRAFO SEXTO: Multa moratória de **0,5% (cinco décimos por cento)** do valor global do contrato, por cada obrigação descumprida, até o limite de **10% (dez por cento)**, sem prejuízo de uma possível rescisão contratual, nos moldes do Art. 78, da Lei Federal Nº 8.666/93;

PARÁGRAFO SÉTIMO: Multa moratória de **10% (dez por cento)** sobre o valor das correções ou reparos nos serviços que se fizerem necessários no decorrer de **05 (cinco)** anos contados de seu recebimento definitivo, conforme constatado pela Comissão de Fiscalização, caso não sejam executados no prazo estabelecido pelo DER/RO para realização dos serviços;

PARÁGRAFO OITAVO: As multas previstas no subitem anterior podem ser aplicadas cumulativamente com as multas compensatórias estipuladas pela inexecução total ou parcial dos serviços contratados.

PARÁGRAFO NONO: As multas eventualmente impostas à CONTRATADA serão descontadas dos pagamentos à que fizer jus, acrescidas de juros moratórios de **1% (um por cento)** ao mês. Caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber do Contratante, ser-lhe-á concedido o prazo de **15 (quinze) dias** corridos, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, os dados da CONTRATADA serão encaminhados ao órgão competente para inscrição em dívida ativa.

PARÁGRAFO DÉCIMO: As multas previstas nesta seção não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração. CONTRATADA da obrigação de efetuar os reparos e correções necessários na obra.

1. A incidência de quaisquer das multas compensatórias previstas neste instrumento não eximirá a CONTRATADA da obrigação de efetuar os reparos e correções necessários na obra.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FORÇA MAIOR OU CASO FORTUITO:

PARÁGRAFO ÚNICO: Ocorrendo fato novo decorrente de força maior ou caso fortuito, nos termos previstos na Legislação vigente, que obste o cumprimento dos prazos e demais obrigações estatuídas neste **CONTRATO**, ficará a **CONTRATADA** isenta das multas e penalidades pertinentes, justificando-se, destarte, a alteração do cronograma aprovado. Deverá a **CONTRATADA** comunicar por escrito ao **DER-RO**, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, quaisquer alterações que lhe impeçam, mesmo que temporariamente, de prosseguir com a execução do objeto deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A empresa deverá comparecer ao DER/RO no prazo máximo de **05 (cinco) dias** após notificação para assinatura do Contrato;

PARÁGRAFO SEGUNDO: A empresa deverá comparecer ao DER/RO no prazo máximo de **05 (cinco) dias** após notificação para o recebimento da Ordem de Início dos Serviços;

PARÁGRAFO TERCEIRO: Fazer, impreterivelmente, no prazo de **10 (dez) dias** entre a assinatura do Contrato e o início da obra, minucioso exame das especificações e projetos, de modo a poder em tempo hábil e por escrito, apresentar à Fiscalização, todas as divergências ou dúvidas por ventura encontradas, para devido esclarecimento e aprovação, sob pena de preclusão;

PARÁGRAFO QUARTO: Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, regularidade ambiental, tributária e trabalhista de seus empregados, bem como por todas as

despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, inclusive com iluminação e ainda por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros em virtude da execução dos serviços a seu cargo, respondendo por si e por seus sucessores;

PARÁGRAFO QUINTO: Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas no total ou em parte, o objeto desta licitação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução ou de má qualidade dos materiais empregados, até o prazo de **05 (cinco) anos**, na forma do Art. 618 do Código Civil Brasileiro, sem ônus para o DER/RO;

PARÁGRAFO SEXTO: Garantir durante a execução, a proteção e a conservação dos serviços executados, até o seu recebimento definitivo;

PARÁGRAFO SÉTIMO: Manter a guarda da obra, até o seu final e o definitivo recebimento e a comprovação da funcionalidade da obra pelo DER/RO;

PARÁGRAFO OITAVO: Adquirir e manter permanentemente no escritório da obra, um livro de ocorrência/diário de obra sem rasuras ou entrelinhas, padrão DER/RO, para registro obrigatório de todas e quaisquer ocorrências que mereçam destaque, e ART de execução da obra devidamente registrada no CREA;

PARÁGRAFO NONO: Deverá manter permanentemente na obra, engenheiro residente com plenos poderes de decisão na área técnica e com registro junto ao CREA/RO, devendo este possuir a mesma capacidade técnica exigida pelo DER/RO;

PARÁGRAFO DÉCIMO: Executar às suas expensas, todas as sondagens e escavações exploratórias que se fizerem necessárias e indispensáveis à execução da obra;

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Promover e responder por todos os fornecimentos de água e energia elétrica, à execução da obra, inclusive as instalações provisórias destinadas ao atendimento das necessidades;

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Será ainda responsável por quaisquer ações decorrentes de pleitos referentes a direitos, patentes e royalties, face à utilização de técnicas, materiais, equipamentos, processos ou métodos na execução da obra contratada;

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: Conduzir a execução da obra pactuada em estreita conformidade com o Projeto Básico ou Executivo aprovado pelo Contratante, guardadas as normas técnicas pertinentes à natureza e à finalidade do empreendimento;

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: Assumir toda a responsabilidade civil sobre a execução da obra, objeto desta licitação;

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: Contratar todos os seguros exigidos pela legislação brasileira, inclusive os pertinentes a danos a terceiros, acidente de trabalho, danos materiais a propriedades alheias e os relativos a veículos e equipamentos;

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Adquirir e manter no local da execução da obra, todos os equipamentos destinados ao atendimento de emergência, incluindo os de proteção contra incêndio e acidente de trabalho – EPI e EPC;

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: Permitir e facilitar a inspeção da Fiscalização, inclusive prestar informações e esclarecimentos quando solicitados, sobre quaisquer procedimentos atinentes a execução da obra;

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: Está obrigada a colocar e manter no local da obra, placa descrevendo o objeto e o número do Contrato, com o respectivo valor e prazo de execução, encabeçada do “slogan” GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA, em conformidade com o estabelecido pelo DER/RO;

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO: Os veículos, equipamentos e máquinas no acampamento deverão ser uniformes, fixando-se em duas faces dos mesmos o slogan “A serviço do DER/RO”, conforme modelo fornecido pelo Contratante;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO: Além dos equipamentos e vestimentas exigidos por lei e normas de segurança (Lei n.º 6.514, de 22 de dezembro de 1977 de NR 06/78), os funcionários deverão apresentar-se

uniformizados, de forma que seus uniformes apresentem o slogan "A serviço do DER/RO".

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO: Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, compatíveis com as obrigações por esta assumida (Art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93), repondo a garantia em sua totalidade no caso de uso pelo DER/RO;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO: Afixar placas de sinalização e advertência de obra com ampla visão em alguns pontos das rodovias.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO: As letras devem ser grandes, maiúsculas e refletivas na ausência de luz solar. No caso de serviços de pequena duração que envolvam riscos de acidentes, as placas de sinais verticais deverão ser preferencialmente assentadas em bases de fácil transporte e não fixadas ao solo. O uso de cavaletes e cones destina-se principalmente para orientar o fluxo dos veículos, em decorrência de interdições em segmentos da rodovia.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO: Os serviços de sinalização e dispositivos de segurança nas rodovias deverão atender às Normas e Especificações do DER/RO, DNIT e ABNT.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO: Será a CONTRATADA responsabilizada por todo e qualquer acidente causado no trecho da obra, cuja causa seja comprovada pela ausência de sinalização;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEXTO: Em todas as obras a sinalização deve merecer maior atenção de todos os envolvidos na execução dos serviços, em face dos acidentes que podem ocorrer devido à ausência ou insuficiência de sinalização.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SÉTIMO: Todos os ônus decorrentes da execução dos serviços em desacordo com as especificações técnicas, ou por consequência de sinalização inadequada correrão por conta da CONTRATADA.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO OITAVO: Os serviços contratados somente deverão ser iniciados após a instalação da sinalização de segurança, de fornecimento da CONTRATADA (cones, cavaletes e dispositivos refletivos e de iluminação intermitente). Além disso, todos os funcionários deverão usar coletes refletivos no desenvolvimento dos serviços.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO NONO: Os danos causados a bens públicos ou de terceiros, acidentes pessoais com funcionários e/ou com o envolvimento de terceiros, correrão sob responsabilidade da CONTRATADA. A esta caberá também os eventuais ressarcimentos financeiros às vítimas dos danos.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO: Correm por conta da CONTRATADA todas as despesas com os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas e especificações da ABNT, para a boa execução do objeto do Contrato, ou que sejam necessários à comprovação da qualidade dos serviços executados ou insumos empregados

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO PRIMEIRO: Deverá requerer o Licenciamento Ambiental (Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação) junto a Secretaria de Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, bem como a Declaração de Dispensa de Título Minerário – DDTM ou qualquer Título Minerário cabível junto à Agência Nacional de Mineração - ANM, referente às jazidas de cascalho alocadas no projeto da obra.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO SEGUNDO: Não utilizar de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do que dispõe o artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO TERCEIRO: Cumprir todas as exigências constantes do Edital e seus Anexos.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO QUARTO: Alocar profissionais especializados para o desenvolvimento dos trabalhos. A qualquer tempo, a Fiscalização poderá solicitar a substituição de qualquer membro da equipe técnica da licitante vencedora, desde que entenda que seja benéfico ao desenvolvimento dos trabalhos.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO QUINTO: Alocar durante todo o período dos serviços ao menos 01 (um) profissional de nível superior, com experiência, detentor de atestado de responsabilidade técnica, devidamente registrados no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhados das

respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT expedidas pelo CREA, que comprovem ter o profissional executado os serviços com características técnicas compatíveis com o objeto desta licitação.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO SEXTO: Emitir relatórios mensais das atividades desenvolvidas, de cunho gerencial, em que constarão todas as informações técnicas dos serviços.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO SÉTIMO: Executar os serviços objeto do presente Edital, observando este Termo de Referência e, de modo geral, as Especificações e as Normas Técnicas vigentes no DER/RO e DNIT, aquelas complementares e particulares e outras pertinentes aos serviços em licitação, constantes dos respectivos projetos, as instruções, recomendações e determinações da Fiscalização e, quando houver, da Supervisão e dos Órgãos Ambientais.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO OITAVO: Seguir o cronograma físico das etapas de execução dos serviços.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO NONO: Realizar, com zelo e fidelidade a prática da boa execução dos serviços, observando as formas, as medidas, os desenhos, realizando verificação “in loco” e a melhor metodologia, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância da Fiscalização, a qual se compromete, desde já, submeter-se.

PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO: Fornecer e manter no canteiro de serviços tudo que for necessário à execução dos serviços dentro dos prazos estipulados e com a qualidade desejada.

PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO PRIMEIRO: Manter em perfeito estado de limpeza os locais afetados pela execução dos serviços, recolhendo os entulhos, dando-lhes o destino adequado.

PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO SEGUNDO: Prestar assessoria técnica com orientações, sugestões, instruções ou recomendações, exemplos de aplicação em outros serviços e assistências técnicas de interesse do DER/RO em relação a serviços, projetos e atividades que envolvam o objeto do Contrato, fornecendo normas para aperfeiçoar e garantir eficiência aos serviços.

PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO TERCEIRO: Supervisionar e coordenar os trabalhos, assumindo total e única responsabilidade pela qualidade e cumprimento dos prazos de execução dos serviços.

PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO QUARTO: Manter, durante a execução dos serviços, o pessoal devidamente uniformizado, limpo, em boas condições de higiene e segurança, utilizando equipamento de proteção individual (EPI) apropriado e equipamento de proteção coletiva (EPC).

PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO QUINTO: Comunicar sempre que for iniciar uma atividade ou da conclusão de atividades em execução, mantendo estreita comunicação com a Comissão de Fiscalização.

PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO SEXTO: Executar fielmente os serviços programados nas especificações, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância do DER/RO.

PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO SÉTIMO: Providenciar, junto ao CREA regional, a devida Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, relativa aos serviços objeto da presente licitação, de acordo com a legislação vigente.

PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO OITAVO: Tomar todas as providências necessárias ao perfeito desenvolvimento dos serviços, arcando com todas as despesas, sem ônus adicional ao DER/RO.

PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO NONO: Entregar as áreas afetadas pelos serviços totalmente recuperadas e limpas.

PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO: Não subcontratar serviço algum sem autorização do DER/RO.

PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO PRIMEIRO: Promover medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus empregados, bem como fornecer os equipamentos de proteção individuais – EPI's necessários, tais como óculos, luvas, aventais, máscaras, calçados apropriados, protetores auriculares, etc., fiscalizando e exigindo que os mesmos cumpram as normas e procedimentos destinados à preservação de suas integridades físicas.

PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO SEGUNDO: Manter os empregados sujeitos às normas disciplinares do DER/RO, porém, sem qualquer vínculo empregatício com o DER/RO, cabendo à licitante vencedora todos os encargos e obrigações previstas na legislação social e trabalhista em vigor.

PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO: Adotar todas as providências e assumir todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus técnicos e empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles.

PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO QUARTO: Acatar e cumprir todas as regras e obrigações estabelecidas na convenção coletiva do Sindicato da classe a que seus empregados estejam filiados, sem ônus adicional ao DER/RO.

PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO QUINTO: Pagar em dia os salários e demais benefícios aos seus empregados, bem como recolher, no prazo legal, todos os encargos e tributos.

PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO SEXTO: A inadimplência da Licitante vencedora, com referência aos encargos decorrentes do contrato, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao DER/RO, nem poderá onerar o objeto desta licitação, razão pela qual a licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o DER/RO.

PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO SÉTIMO: Apresentar planejamento inicial com descrição do Plano de Mobilização de Meios (pessoal, viaturas e equipamentos), indicando os itens que serão comprados, alugados ou remanejados de outros canteiros, meios de transporte e outros julgados necessários, com as respectivas cronologias.

PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO OITAVO: Apresentar organograma com a distribuição dos cargos e funções, acompanhado do Plano da Administração, no qual estejam definidas as atribuições e responsabilidades de todo pessoal, até o nível de encarregado ou mestre.

PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO NONO: Desenvolver atividades em mais de um turno de serviços, seja durante os dias úteis, nos finais de semana ou nos feriados, sempre que se fizer necessário, com o propósito de manter, recuperar ou antecipar etapas do cronograma físico dos serviços, a fim de garantir o cumprimento do prazo total de execução estabelecido.

PARÁGRAFO SEXAGÉSIMO: Verificar e comparar todos os documentos fornecidos para execução dos serviços. No caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem, ainda, transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou posturas, caberá à licitante formular imediata comunicação escrita ao DER/RO, buscando o imediato encaminhamento do assunto, de forma a evitar empecilhos ao perfeito desenvolvimento dos serviços.

PARÁGRAFO SEXAGÉSIMO PRIMEIRO: Verificar a compatibilização dos desenhos técnicos, procedendo à análise detalhada dos mesmos, oportunidade em que poderá observar interferências entre eles. Quaisquer incompatibilidades deverão ser comunicadas ao DER/RO, bem como sanadas de maneira a não comprometer o cronograma dos serviços.

PARÁGRAFO SEXAGÉSIMO SEGUNDO: Complementar todos os ajustes eventualmente necessários para a perfeita execução dos serviços, bem como elaborar, integralmente, quaisquer projetos que se fizerem necessários com as respectivas aprovações junto aos órgãos competentes, assumindo todos os custos.

PARÁGRAFO SEXAGÉSIMO TERCEIRO: Antecipar, sempre que possível, a execução das etapas estabelecidas no cronograma físico, visando garantir o cumprimento dos prazos estabelecidos, a fim de compensar, preventivamente, a ocorrência de imprevistos que poderiam implicar em atraso futuro de etapas específicas de serviços.

PARÁGRAFO SEXAGÉSIMO QUARTO: Conclusão total dos serviços dentro do prazo definido no cronograma, revertendo qualquer atraso decorrente de ajustes de projetos, intempéries ou outros imprevistos no transcorrer dos serviços.

PARÁGRAFO SEXAGÉSIMO QUINTO: Assumir inteira e total responsabilidade pela execução dos serviços, pela resistência, estantiquidade e estabilidade de todas as estruturas a executar.

PARÁGRAFO SEXAGÉSIMO SEXTO: Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais utilizados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da ciência pela licitante vencedora, ou no prazo para tanto estabelecido pela Fiscalização.

PARÁGRAFO SEXAGÉSIMO SÉTIMO: Responsabilizar-se pela perfeita execução e completo acabamento dos serviços contratados, obrigando-se a prestar assistência técnica e administrativa necessária para assegurar andamento conveniente dos trabalhos.

PARÁGRAFO SEXAGÉSIMO OITAVO: Submeter à Fiscalização as amostras de todos os materiais a serem empregados nos serviços antes da sua execução.

PARÁGRAFO SEXAGÉSIMO NONO: Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta licitação, sem prévia autorização do DER/RO.

PARÁGRAFO SEPTUAGÉSIMO: Manter, durante todo o período da execução dos serviços, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

PARÁGRAFO SEPTUAGÉSIMO PRIMEIRO: Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento do presente Edital.

PARÁGRAFO SEPTUAGÉSIMO SEGUNDO: Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados diretamente ao DER/RO ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.

PARÁGRAFO SEPTUAGÉSIMO TERCEIRO: Prestar esclarecimentos ao DER/RO sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolva, independente de solicitação.

PARÁGRAFO SEPTUAGÉSIMO QUARTO: Fornecer mensalmente declaração por escrito de que estão cumprindo integralmente com todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes deste contrato, de acordo com o disposto no Art. 71, da Lei nº 8.666/93, conforme segue:

MINUTA DE DECLARAÇÃO REFERENTE AO ART. 71 DA LEI Nº 8.666/93

[NOME DA CONTRATADA], nos termos do Contrato nº , que tem por objetivo a execução de declaro, para os efeitos do art. 71, da Lei nº 8.666/93, que relativamente ao mês de de 2022, foram cumpridas todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes do referido contrato.
LOCAL E DATA

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA CONTRATADA

PARÁGRAFO SEPTUAGÉSIMO QUINTO: Realizar cadastro no Sistema SEI, bem como, de manter suas informações atualizadas até o término de suas obrigações.

PARÁGRAFO SEPTUAGÉSIMO SEXTO: Submeter à aprovação da fiscalização, até cinco dias após o início dos trabalhos, o plano de execução e o cronograma detalhado dos serviços e obras, elaborados em conformidade com o cronograma do contrato e técnicas adequadas de planejamento, bem como eventuais ajustes.

PARÁGRAFO SEPTUAGÉSIMO SÉTIMO: Realizar, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos.

PARÁGRAFO SEPTUAGÉSIMO OITAVO: Os serviços deverão iniciar no prazo máximo de 48 horas após o recebimento pela CONTRATADA, da ordem de serviço emitida pelo DER/RO.

PARÁGRAFO SEPTUAGÉSIMO NONO: De forma a atender o Decreto Estadual nº 25.783. de 1º de fevereiro de 2021, a CONTRATADA deve adotar o emprego de mão de obra formada por pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto ou egressos do sistema prisional, no percentual mínimo de 2% (dois por cento).

PARÁGRAFO OCTOGÉSIMO: Em caso de paralisação das obras por fatores supervenientes que vierem a ocorrer, os custos relativos a mobilização e desmobilização de equipamentos ocorrerão às expensas da CONTRATADA.

PARÁGRAFO OCTOGÉSIMO PRIMEIRO: A empresa CONTRATADA será responsável pela recuperação ambiental de pedreiras ou áreas degradadas.

PARÁGRAFO OCTOGÉSIMO SEGUNDO: Em cumprimento ao Decreto Estadual nº 25.783, de 1º de fevereiro de 2021, que regulamenta a Lei Estadual nº 2.134, de 23 de julho de 2009, faz-se necessário a inserção de item sobre a necessidade de exigir da CONTRATADA, o emprego de mão de obra formada por pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto ou egressos do sistema prisional, no percentual mínimo de 2% (dois por cento).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Caberá ao DER/RO:

PARÁGRAFO SEGUNDO: Observar e fazer cumprir fielmente o que estabelece o Edital, em particular no que se refere ao nível de serviço e sanções administrativas.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Proporcionar todas as condições necessárias para que a licitante vencedora possa cumprir o objeto desta licitação.

PARÁGRAFO QUARTO: Fornecer a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da CONTRATADA, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em casos omissos.

PARÁGRAFO QUINTO: Nomear gestores para executar a fiscalização do Contrato, que registrarão todas as ocorrências e as deficiências verificadas, oficiando à licitante vencedora para a imediata correção das irregularidades apontadas.

PARÁGRAFO SEXTO: A existência e a atuação da Comissão de Fiscalização do DER/RO em nada restringem a responsabilidade técnica única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto CONTRATADA.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Atestar a execução do contrato e cumprir as demais obrigações contidas no Edital.

PARÁGRAFO OITAVO: Cumprir fielmente as obrigações pactuadas, a prestação de todas as informações indispensáveis a regular execução das obras, o pagamento oportuno das parcelas devidas, e ainda, a preservação do equilíbrio econômico- financeiro do Contrato, seu registro e a devida publicação no Diário Oficial do Estado de Rondônia - DOE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E ORIENTAÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A Comissão de Fiscalização será composta por 02 (dois) ou mais servidores do DER/RO, com competência para acompanhar e fiscalizar a execução das atividades inerentes ao objeto CONTRATADA, nomeada pelo Diretor Geral do DER/RO, observando o disposto no Art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Caberá aos fiscais do Contrato, designados por Portaria da Direção Geral do DER/RO, fazer cumprir todas as exigências do DER/RO e as responsabilidades da construtora, descritas no Termo de Referência, assim como, o cálculo dos valores das respectivas parcelas mensais a serem medidas, em conformidade com as regras dispostas acima.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A CONTRATANTE designará Engenheiros, com autoridade para exercer em nome do DER/RO, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização das obras/serviços.

PARÁGRAFO QUARTO: A fiscalização, exercida no interesse exclusivo da Administração, não exclui e nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e na sua ocorrência não implica em corresponsabilidade do poder público ou de seus agentes e prepostos, salvo quanto a estes, se decorrente de ação ou omissão funcional, apurada na forma da legislação vigente.

PARÁGRAFO QUINTO: As exigências da FISCALIZAÇÃO basear-se-ão nas especificações constantes no Termo de Referência e nas regras de boa técnica. A CONTRATADA se comprometerá a dar à FISCALIZAÇÃO, no cumprimento de suas funções, livre acesso aos locais de execução dos serviços, bem como fornecer todas as informações e demais elementos necessários à execução da obra/serviços.

PARÁGRAFO SEXTO: À FISCALIZAÇÃO fica assegurado o direito de:

- a) Solicitar por escrito Diário de Obras, devidamente preenchido na obra;
- b) Solicitar a substituição de qualquer funcionário da CONTRATADA que embarace ou dificulte a ação da Fiscalização ou cuja presença no local dos serviços e obras seja considerada prejudicial ao andamento dos trabalhos (A efetivação desta medida não implicará em modificação do prazo ou condições do contrato);
- c) Exigir o cumprimento de todos os itens das especificações;
- d) Ordenar a suspensão das obras/serviços sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita a CONTRATADA, e sem que esta tenha direito a qualquer indenização, no caso de não ser atendida dentro de 48 horas, qualquer reclamação sobre defeito essencial em serviço executado, ou em material posto na obra;
- e) Paralisar e/ou solicitar o refazimento de qualquer serviço que não seja executado em conformidade com projeto, norma técnica ou qualquer disposição oficial aplicável ao objeto do contrato;
- f) Solicitar a substituição de materiais e equipamentos que sejam considerados defeituosos, inadequados ou inaplicáveis aos serviços e obras;
- g) Solicitar a realização de testes, exames, ensaios e quaisquer provas necessárias ao controle de qualidade dos serviços e obras objeto do contrato.

Obs.:

- 1) Qualquer auxílio prestado pela Fiscalização na interpretação dos desenhos, memoriais, especificações e demais elementos de projeto, bem como na condução dos trabalhos, não poderá ser invocado para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pela execução dos serviços e obras.
- 2) A CONTRATANTE deverá fazer suas reclamações, solicitações, ou Pareceres Técnicos através de ofício numerado de forma sequencial em duas vias protocoladas pelo responsável técnico da Obra, afim de que a CONTRATADA possa respondê-los e tomar as devidas providencias da mesma forma, ou seja, através de ofício.

PARÁGRAFO SÉTIMO: O acompanhamento, gestão e fiscalização do Contrato obedecerá as determinações constantes na Instrução Normativa nº 01/2020/CGE-GAP, de 28/01/2020, publicada no DOE nº 24, de 5/02/2020.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA DIREÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** indica como responsável técnico pela execução do projeto um Engenheiro, que ficará autorizado a representá-la perante o **CONTRATANTE** e a Fiscalização deste, em tudo o que disser respeito àquela.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** somente poderá efetivar substituição de seu Técnico Responsável pelo projeto após expressa anuência do **DER-RO**, devendo esta substituição ser comunicada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO DIÁRIO DE OBRAS

PARÁGRAFO ÚNICO: No Diário de Obras deverão constar as seguintes anotações:

I. Pela **CONTRATADA**

- a) Preenchimento dos cabeçalhos;
- b) Registro de fatos normais do andamento dos serviços, como: entrada e saída de equipamentos, serviços em andamento, efetivo de pessoal, condições climáticas, visitas ao canteiro de serviço, inclusive para as atividades de suas sub contratadas;
- c) As datas de conclusão de etapas, caracterizadas de acordo com o cronograma aprovado;
- d) Os acidentes ocorridos na execução da obra ou serviço;
- e) An eventual escassez de material que resulte em dificuldade para execução da obra e/ou serviço;

- f) Medições das etapas de obras;
- g) Interrupções no fornecimento de energia elétrica e/ou água.

II. Pela FISCALIZAÇÃO

- a) Atestado da veracidade dos registros previstos no item "I" anterior (nas datas em que efetivamente a fiscalização estiver na obra);
- b) Determinação de providências para cumprimento dos termos do contrato e das especificações;
- c) Outros fatos ou observações cujo registro se torne conveniente ao trabalho da FISCALIZAÇÃO. O Diário de Obras será entregue à Administração, que o manterá em seu poder por prazo nunca inferior a 05 (cinco) anos.

Obs.: A comunicação entre a Fiscalização e a CONTRATADA será realizada através de correspondência oficial e anotações ou registros na Caderneta de Ocorrências.

- a) A Caderneta de Ocorrências, com páginas numeradas em 3 (três) vias, 2 (duas) destacáveis, será destinada ao registro de fatos e comunicações que tenham implicação contratual, como: modificações de projeto, conclusão e aprovação de serviços e etapas construtivas, autorizações para execução de trabalho adicional, autorização para substituição de materiais e equipamentos, ajustes no cronograma e plano de execução dos serviços e obras, irregularidades e providências a serem tomadas pela CONTRATADA e Fiscalização.
- b) As reuniões realizadas no local dos serviços e obras serão documentadas por Atas de Reunião, elaboradas pela Fiscalização e que conterão, no mínimo, os seguintes elementos: data, nome e assinatura dos participantes, assuntos tratados, decisões e responsáveis pelas providências a serem tomadas.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O prazo de vigência do contrato será de **18 (dezoito) meses ou 545 (quinhentos e quarenta e cinco) dias** corridos para os **lote 07** conforme § 2º. Art. 9º do Decreto Estadual nº. 14.103, contados a partir da data de assinatura do contrato, com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado, tendo início e vencimento em dia de expediente.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Havendo ordem de paralisação da obra, serão paralisados os prazos de vigência e de execução.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS SANÇÕES E PENALIDADES:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: ARTIGOS 86 E 87 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93

I - ADVERTÊNCIA

II -Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III -Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV -Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após, decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

§ 1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

§ 2º As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

§ 3º A sanção estabelecida no inciso IV deste artigo é de competência exclusiva do Ministro de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no

respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O Contratante poderá valer-se das disposições constantes das cláusulas contratuais se a CONTRATADA contrair obrigações para com terceiros que possam, de certa forma, prejudicar a execução do objeto ora contratado, bem como:

- a) Retardar, injustificadamente, o início dos trabalhos, contados da data de recebimento da Ordem de Serviços, autorizando o início dos mesmos;
- b) Interromper os serviços, sem justo motivo;
- c) Se entregar a obra depois de extinto o prazo estabelecido para a execução, salvo conveniência do Contratante na continuidade dos mesmos, quando então, serão aplicadas as penalidades pertinentes;
- d) Deixar de recolher ou integralizar as cauções ou demais garantias, bem como não pagar as multas dentro dos prazos fixados;
- e) Deixar de utilizar os Equipamentos de Proteção Individual - EPI e Equipamentos de Proteção Coletiva - EPC.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA COMISSAO DE FISCALIZAÇÃO:

PARÁGRAFO ÚNICO: A comissão de fiscalização será composta por **02 (dois)** ou mais servidores do DER/RO, com competência para acompanhamento dos serviços, nomeada pelo Diretor Geral do DER/RO, observando o disposto no **Art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93** e suas alterações.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA INEXEÇÃO DOS SERVIÇOS:

PARÁGRAFO ÚNICO: Pela inexecução parcial do serviço de execução deste objeto a CONTRATADA estará sujeita à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre a parcela em atraso e, pela inexecução total da obra estará sujeita à multa compensatória de 10% (dez por cento) do valor global ora ajustado, além da perda das cauções e demais garantias prestadas, em ambos os casos. Poderão, também, ser aplicadas conjuntamente as multas moratórias, as quais serão autônomas, conquanto a aplicação das mesmas não exclua as compensatórias, posto que são independentes e cumulativas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DOS DIREITOS DO CONTRATANTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO: São prerrogativas do **CONTRATANTE** as previstas no art. 58, da Lei 8.666/93, que as exercerá nos termos das normas referidas no preâmbulo deste **CONTRATO**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O valor caucionado reverterá integralmente para o **CONTRATANTE** em caso de rescisão do **CONTRATO** por culpa da **CONTRATADA**, sem prejuízo da aplicação do disposto no art. 80, da Lei nº 8.666/93 e de apurar-se e cobrar-se, pela via própria, a diferença que houver em favor do **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A contratada reconhece os direitos da **CONTRATANTE** em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

PARÁGRAFO QUARTO: O **CONTRATANTE** descontará do valor caucionado o numerário que bastar à reparação de danos a que a **CONTRATADA** /DER-RO causa na execução do objeto contratadas, hipótese em que a **CONTRATADA** deverá, em 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação administrativa, recompor o valor abatido para restaurar a integridade da garantia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA RESCISÃO:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O presente **CONTRATO** poderá ser rescindido de conformidade com os Arts. 78, 79 e 80, da Lei nº 8.666/93 e pelo Decreto Estadual nº 1.394, assegurados os direitos adquiridos da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O DER-RO poderá declarar rescindido o CONTRATO, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, sem que assista à CONTRATADA direito a qualquer indenização, nos seguintes casos:

1. Inexecução total ou parcial do contrato, ensejando as consequências contratuais as previstas em lei;
2. Não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
3. Lentidão no cumprimento dos serviços nos prazos estipulados;
4. Atraso injustificado no início dos serviços, que ocorrerá a partir da Ordem de Início dos Serviços;
5. Paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação ao DER-RO;
6. A subcontratação total ou parcial do seu Objeto, a associação da Contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Edital;
7. Desatendimento das determinações regulares da unidade do DER-RO designada para acompanhar e fiscalizar os serviços, assim como as de seus superiores;
8. Cometimento reiterado de faltas na execução dos serviços anotadas pela Fiscalização do DER-RO;
9. Decretação de falência ou instauração de insolvência civil e dissolução da contratada;
10. Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da contratada que, a juízo do DER-RO, prejudique a execução do contrato;
11. Quando o valor das multas aplicadas atingir 10%(dez por cento) do valor global contratado ou após o trigésimo dia de atraso no cumprimento da obrigação assumida;
12. Em caso de rescisão fundamentado no Art. 78 da Lei 8666/93, sem que haja culpa do contratado, será assegurado a este o direito à indenização, nos termos do Art. 79 §2º da mesma Lei.
13. A contratada reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DO CUMPRIMENTO DO DECRETO ESTADUAL Nº 25.783. DE 1º DE FEVEREIRO DE 2021, QUE REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 2.134, DE 23 DE JULHO DE 2009

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Conforme consta no Art. 1º da Lei Estadual nº 2.134, de 23 de julho de 2009, que “Dispõe sobre a reserva de vagas para apenados no regime semi-aberto e egressos do sistema penitenciário nas contratações para prestação de serviços com fornecimento de mão-de-obra à Administração Pública do Estado de Rondônia.”, com fulcro no § 5º do art. 40 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que “Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.”

PARÁGRAFO SEGUNDO: De forma a atender o Art.m2º do Decreto Estadual Nº 25.783 de 01/02/2021, na contratação de prestação de serviços com fornecimento de mão de obra, os Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional deverão exigir da CONTRATADA, o emprego de mão de obra formada por pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto ou egressos do sistema prisional, no percentual mínimo de 2% (dois por cento).

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

PARÁGRAFO ÚNICO: É de responsabilidade da contratada o procedimento de Licenciamento Ambiental para execução dos serviços, objeto do Termo de Referência.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Ficam vedadas a subcontratação total ou parcial do objeto, pela CONTRATADA à outra empresa, a cessão ou transferência total ou parcial do objeto licitado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Poderá participar desta licitação toda e qualquer empresa individual ou sociedade regularmente estabelecida no país, que seja especializada no objeto da licitação, e que satisfaça a todas as exigências do Termo de Referência, do Anteprojeto, Especificações e Normas, e que possuam ou que venham fazer parte do seu quadro, na data prevista para a entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de Acervo Técnico de elaboração de Projeto Executivo de Engenharia de Pavimentação (urbano e/ou rodoviário) e Acervo Técnico de execução de obras ou serviços de características condizentes ao objeto da licitação. A participação de empresas consorciadas (reunidas em no máximo duas empresas) será regida de acordo com o Art. 33, I, II, III, V da Lei N° 8.666 de 21 de junho de 1993 como segue:

1. As empresas consorciadas apresentarão instrumento público ou particular de compromisso de constituição de consórcio subscrito pelos consorciados, com a indicação do nome do consórcio e da empresa líder, que será responsável principal, perante a ADMINISTRAÇÃO, pelos atos praticados pelo consórcio, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos integrantes e das empresas consorciadas tanto na fase de licitação quanto na execução do contrato. A empresa líder terá poderes para requerer, transferir, receber e dar quitação, subscrevendo em nome do Consórcio todos os atos referentes à execução do Contrato.
2. Indicação dos compromissos e obrigações, bem como o percentual de participação de cada empresa no consórcio, em relação ao objeto da licitação.
3. Declaração de que o consórcio não terá sua constituição ou forma modificada sem a prévia aprovação da ADMINISTRAÇÃO durante o processamento e julgamento dos procedimentos licitatórios pertinentes.
4. O prazo de duração do consórcio deverá coincidir com a data do recebimento definitivo pela Administração das obras/serviços objeto do contrato administrativo licitado.
5. O consórcio apresentará em conjunto à documentação individualizada de cada empresa, relativa à habilitação jurídica, qualificação trabalhista e de regularidade fiscal.
6. O consórcio no conjunto dos consorciados deverá atender plenamente a todos os requisitos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira.
7. As empresas consorciadas poderão somar os seus quantitativos técnicos, para atender integralmente às exigências para habilitação técnica do Edital e para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação.
8. Cada empresa participante do consorcio deverá apresentar individualmente seus índices econômico-financeiros.
9. Impedimento de participação de empresa consorciada, na mesma licitação, através de mais de um consórcio ou isoladamente.
10. A exigência quanto ao Patrimônio Líquido correspondente a 10% (dez por cento) deverá ser comprovada coletivamente na proporção da participação de cada empresa no consórcio, para fim de atingir o limite fixado no Edital.
11. A comprovação do Patrimônio Líquido correspondente a 10% (dez por cento) será acumulativa, ou seja, caso a empresa ou o consórcio opte por participar em mais de um lote, a comprovação do Patrimônio Líquido de 10% deverá corresponder a soma dos valores dos lotes em que a empresa ou o consórcio esta participando.
12. A Contratada fica obrigada a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no subitem "7.2.12" do Edital de Licitação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DOS ENCARGOS DECORRENTES DO CONTRATO:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Constituirá encargo exclusivo da CONTRATADA o pagamento de tributos, tarifas e emolumentos decorrentes deste CONTRATO e da execução de seu objeto.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Declaram as partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei 8.666/93;

PARÁGRAFO TERCEIRO: A rescisão administrativa do contrato em razão da inexecução total ou parcial do seu objeto, sem prejuízo das sanções previstas na Cláusula Vigésima, acarreta as seguintes consequências:

1. Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da administração;
2. Ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários a sua continuidade na forma do inciso V do artigo 58 da Lei 8.666/93;
3. Execução da garantia contratual, caso prestada, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a elas devidas;
4. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

PARÁGRAFO QUARTO: Ficam os termos do presente contrato vinculados às regras definidas neste instrumento convocatório.

PARÁGRAFO QUINTO: Fica estabelecida neste instrumento a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor, nos termos do artigo 55, inciso XI da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DOS CASOS OMISSOS:

PARÁGRAFO ÚNICO: Os casos omissos serão resolvidos à Luz da Lei Federal nº. 8.666/93 dos princípios gerais do direito e demais legislação aplicada, conforme Art. 55 Inciso XII.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Fica eleito, pelas partes, o Foro da Comarca de Porto Velho, Capital do estado de Rondônia, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas do presente ajuste, inclusive as questões entre a empresa CONTRATADA e a CONTRATANTE, decorrentes de execução deste Contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA – DAS ASSINATURAS, DATA DA CELEBRAÇÃO E VISTO DA PROCURADORIA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Considerando que a presente avença é celebrada no bojo de processo virtual que tramita no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, a data de celebração será correspondente a da aposição da assinatura eletrônica mais recente de qualquer das partes qualificadas no preâmbulo.

Para firmeza e como prova do acordado, o presente Contrato, segundo as informações e documentos constantes dos autos do processo identificado neste instrumento, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado eletronicamente pelas partes, com a sua posterior publicação no Diário Oficial do

Estado, nos termos do que dispõe o art. 61, Parágrafo Único da Lei nº 8.666/93., devidamente certificadas pela PGE/DER-RO.

EDER ANDRÉ FERNADES DIAS
Diretor Geral do DER/RO

GLAUCO OMAR CELLA
Procurador
MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES EIRELI

Contrato com visto do Procurador do Estado.

O visto é o ato administrativo unilateral em que a PGE atesta a legitimidade formal do contrato.



Documento assinado eletronicamente por **GLAUCO OMAR CELLA, Usuário Externo**, em 22/06/2022, às 09:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **EDER ANDRE FERNANDES DIAS, Diretor(a)**, em 22/06/2022, às 15:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Henrique Flavio Barbosa, Procurador(a)**, em 23/06/2022, às 13:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0029793769** e o código CRC **C60E9E35**.

Referência: Caso responda este Contrato, indicar expressamente o Processo nº 0009.070110/2022-72

SEI nº 0029793769